



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08157344820198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SANDRA MARIA OLIVEIRA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO MÉRITO

PAGAMENTO ADMINISTRATIVO EM RAZÃO DE SINISTRO DIVERSO

Inicialmente, informa que a parte autora pleiteou judicialmente verba indenizatória DPVAT, cujo processo tramitou na **3ª VARA de COMPETÊNCIA RESIDUAL DA COMARCA DE BOA VISTA**, sendo autuado sob o nº. 0819460-06.2014.8.23.0010, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em **30/07/2013**.

Frisa-se que, neste processo, a parte autora recebeu a quantia de R\$ 4.725.00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), conforme laudo pericial que indicou invalidez correspondente a 50% do MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO.

Portanto, no caso de eventualmente, se verifique **invalidez do mesmo, haverá de ser compreender que a lesão é anterior ao fato que deu origem a esta nova demanda, e portanto, o pagamento realizado deverá ser considerado para fins de abatimento.**

Dessa forma, se for o caso de após a perícia médica ficar constatada invalidez do mesmo MEMBRO SUPERIOR, caberá o abatimento do valor já pago, observando-se, ainda, o limite máximo indenizável para o membro em segundo a tabela anexa à lei 11.945/09.

Outrossim, caso o valor correspondente a lesão apurada em perícia, seja inferior a valor pago, impor-se-á a total improcedência dos pedidos da inicial.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 26 de junho de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR